



PROTOCOLO Nº 0408400/2012

PARECER ÚNICO		
Licenciamento Ambiental Nº 4747/2011/001/2012	LOC	DEFERIMENTO
Empreendimento: <b>SALUS FUNDO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII</b>		
CNPJ: 13.012.312/0001-67	Município: ARAGUARI/MG	

Unidade de Conservação:	-
Bacia Hidrográfica: RIO PARANAÍBA	Sub Bacia:

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
E- 01-16-03	Terminal de cargas, exceto minérios, gás natural, petróleo, produtos químicos e petroquímicos.	3
E-01-04-01	Ferrovias – Instalação de pêra ferroviária	NP
F-06-01-07	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	2

Responsável pelo empreendimento:	Cargo
Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados Lume Estratégia Ambiental	Cargo Responsável pelos estudos ambientais Felipe Hoffmann

Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 004131/2012	DATA: 26/03/2012
---	------------------

Data: 30/05/2012		
Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Amilton Alves Filho		
Beatriz Bessa da Silva		
Kamila Borges Alves		
Ciente: José Roberto Venturi		



## **1. INTRODUÇÃO**

A empresa Salus Fundo de Investimento Imobiliário – FII, vem através do Processo Administrativo - PA COPAM nº 4747/2011/001/2012 requerer Licença de Operação Corretiva (LOC), para as atividades listadas na DN 74/04 como terminal de cargas, ferrovias e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento.

De acordo com a DN COPAM nº 74/04, a atividade enquadra-se na listagem E-01-16-3 como classe 3 e porte M, portanto, passível de licenciamento ambiental.

O empreendimento está localizado na Rua Otacílio Pinto de Oliveira nº 3005, Distrito industrial de Araguari/MG.

O processo administrativo de licença de operação foi formalizado junto a SUPRAM TM/AP em 15/03/2012. Em 26/03/2012 foi realizada uma fiscalização no empreendimento pela equipe da SUPRAM TMAP. Após a vistoria foi enviado ao empreendedor um pedido de informação complementar para subsidiar a análise do processo em questão.

O empreendimento iniciou a sua operação em 01/12/2011 sem a devida licença ambiental razão pela qual será autuado, conforme Decreto Estadual 44.844/2008.

O responsável pela apresentação dos estudos ambientais junto ao órgão ambiental competente é a empresa Lume Estratégia Ambiental.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

O empreendimento está instalado e em operação próxima a malha Ferroviária Centro Atlântica (FCA) de forma que permite o acesso à unidade portuária (Porto Tubarão/ES) para efetivação das exportações e importações. O empreendimento está localizado no município de Araguari/MG especificamente na área de ampliação do parque industrial.

De acordo com os estudos ambientais apresentados o terminal contempla uma unidade de armazenagem e transbordo de grãos, com opção multimodal de transporte (ferroviário-rodoviário), pêra ferroviária, pátio de estacionamento de caminhões e carretas, unidade de apoio, além de um posto provisório de abastecimento de locomotivas e uma mudança de vias a partir da linha férrea existente da FCA para acomodação de vagões e execução da operação e expedição. Dessa forma, os grãos provenientes dos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, chegarão via sistema rodoviário até o terminal e seguirão parte para exportação pelo Porto de Tubarão/ES.



O terreno destinado ao empreendimento ocupa uma área de 464.640 m<sup>2</sup> na zona urbana do município de Araguari/MG.

Para a operacionalização do empreendimento existe instalado um armazém graneleiro com 216 metros de comprimento e 45,50 metros de largura, contando com cinco divisórias permanentes de 42 metros, sendo as paredes e o piso interno construídos em concreto armado e estrutura metálica na cobertura. Conforme Relatório de Controle Ambiental apresentado (RCA) o graneleiro conta com passarelas metálicas elevadas e internas para suporte dos 2 transportadores de correia superiores (TC05 e TC08) com capacidade de 750 t/h (cada) e estruturas em aço estrutural. O sistema de aeração foi dimensionado de acordo com a norma do MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) nº 33/2007, a vazão específica mínima é de 0,1 metro cúbico por minuto, por tonelada de capacidade estática igual a 0,075 m<sup>3</sup>/min/m<sup>3</sup>. Existe ainda em fase de instalação uma fornalha com o objetivo de gerar calor para secagem dos grãos no secador. Conforme informado a fornalha foi dimensionada para possibilitar o aquecimento do combustível (lenha) até atingir a temperatura de ignição, promover a mistura do ar com o combustível e reter os gases oriundos da queima por um intervalo de tempo adequado, a fim de garantir a máxima eficiência possível na queima.

A lenha que será utilizada é oriunda de reflorestamentos (eucalipto e pinus). O empreendedor deverá obter o registro de consumidor de produtos da flora e fauna junto ao órgão ambiental competente.

O terminal conta com uma expedição ferroviária composta por duas tulhas no sistema de caixa elevada recebendo os grãos dos transportadores redlers e transportador de correia por meio de válvulas e canalizações. Para abrigar as tulhas ferroviárias existe uma edificação com as mesmas características do prédio das moegas rodoviárias. A tulha tem capacidade para carregar 02 (dois) vagões simultâneos e possui 5,80 m de largura e 18,00 m de comprimento.

A tulha ferroviária é alimentada a partir da torre pelos elevadores EL1 e EL2 que alimentarão o transportador de correia TC08, realizando-se assim uma operação de expedição direta, ou seja, descarga rodoviária e imediato carregamento ferroviário. O empreendimento ainda conta com portaria e sala de espera, escritório, balanças, almoxarifado e refeitório, área destinada à classificação de grãos. O sistema de operação é automatizado.



Existe no empreendimento um posto de abastecimento destinado a atender ao abastecimento das locomotivas que são empregadas nas atividades de transbordo e armazenamento de grãos (milho, soja, farelo e trigo). As instalações deste posto compreendem área para abastecimento de locomotivas, duas áreas para descarga rodoviária de óleos combustível e lubrificante, contêineres para diversas atividades. O posto de abastecimento é dotado de dois vagões tanque com capacidade somadas de 120 m<sup>3</sup> de óleo diesel e mais dois tanques horizontais sobre berços para armazenagem de lubrificantes com 10 m<sup>3</sup>, cada um.

O local de descarga (diesel/lubrificante) de caminhão tanque é constituída de quatro áreas concretadas, com cerca de 16 m<sup>2</sup> cada, dotadas de canaletas metálicas interligadas às caixas SAO. Para o óleo diesel as descargas são seladas. O local de abastecimento das locomotivas é constituído por área coberta onde existem dois pontos de abastecimento simultâneo, realizados através de braço de carregamento e outro por mangote flexível.

Para conter eventual vazamento dos tanques existem bandejas metálicas de contenção sob os vagões tanque e em concreto sob os tanques lubrificantes. Ambos os dispositivos (bandeja ou bacia) são dotados de tubulações específicas e registros de drenagem para controle, capaz de esgotar as águas de chuva e o efluente oleoso, conectando ao sistema de tratamento de efluentes composto de caixas separadoras.

O terminal está projetado para operar 24 horas/dia, sendo 7 dias por semana. A unidade contará com 125 empregados.

O empreendimento está localizado a cerca de 4,0 Km do aeroporto de Araguari/MG. No entanto, a empresa obteve do III Comando Aéreo Regional (COMAER) órgão vinculado ao Ministério da Defesa autorização para instalação e operação. O parecer técnico do COMAER refere-se a questões relacionadas com a segurança e a regularidade das operações aéreas, atestando que o empreendimento em questão não interfere na segurança de vôos.

### **3.0 INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

Não foi requerido no âmbito desse processo nenhuma intervenção em área de preservação permanente (APP).



## **5.0 ÁREA DE RESERVA LEGAL**

A unidade industrial em questão está localizada no Distrito Industrial de Araguari/MG, dentro do perímetro urbano. Portanto, não se aplica a obrigação de constituição de reserva legal.

## **6.0 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS**

A empresa está localizada dentro da bacia hidrográfica Federal do rio Paranaíba. A água utilizada no empreendimento para fins de abastecimento humano e industrial é proveniente de um poço tubular localizado nas coordenadas geográficas (S 18° 41' 38" e W 48° 09' 38"), com vazão outorgada de 13,0 m³/hora. Com processo regularizado junto ao órgão ambiental.

## **7. IMPACTOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS MITIGADORAS**

### **1- Resíduos sólidos**

Os principais resíduos produzidos no processo industrial compreendem: restos de embalagens, sacos plásticos, latas e garrafas, estopas sujas com óleo e graxas, embalagens de óleos e graxas, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, material absorvente, derrames de grãos, papéis e papelões, plásticos, borras de oleosas removidas do sistema SAO, areia impregnada por oleosos e retirada do desarenador do sistema, lâmpadas fluorescentes, toners, cartuchos de impressoras, EPI's contaminados e restos de poda e cortes de vegetação. Conforme apresentado junto ao órgão ambiental estes resíduos são classificados com classe I (resíduos perigosos) e classe II-A e B, resíduos não perigosos. Os resíduos classe I e classe II-A e B devem ser devidamente acondicionados e destinados adequadamente conforme legislação ambiental para empresas devidamente licenciadas. O empreendedor deverá apresentar semestralmente comprovante de destinação ambiental correta junto ao órgão ambiental, conforme definido no anexo II deste parecer único.

### **2- Emissões atmosféricas**

Na operação do empreendimento ocorre geração de material particulado tendo como fontes geradoras; o pátio de caminhões e carretas; moegas rodoviárias; poços; túneis,



transportadores de correia elevadores e torres; fornalha e secador; armazém de grãos e tulha ferroviária.

Sendo que o uso da lenha com combustível leva à emissão dos gases CO<sub>2</sub>, CO e NO<sub>x</sub>, sendo condicionado a elaboração de laudo técnico de emissão de material particulado e monitoramento ambiental desta emissão, conforme definido no anexo I e II deste parecer único. Vale salientar que a emissão deve estar dentro dos parâmetros especificados pela legislação ambiental em vigência.

### **3- Ruídos**

Durante o desenvolvimento das atividades são gerados diversos tipos de ruídos oriundos da operação de descarga de combustíveis nas áreas de tancagem, ventiladores de exaustão e sistema de insuflamento exaustão de ar. Existe ainda a transmissão de vibração da locomotiva e a operação da tulha ferroviária.

O empreendedor deverá apresentar um laudo técnico de análise de ruído, conforme definido no anexo deste parecer único.

### **4- Efluentes sanitários**

As contribuições são oriundas das instalações sanitárias, vestiários e refeitório, formando despejos com características orgânicas (esgoto sanitário). É esperada a geração de 10,5 m<sup>3</sup>/dia de dejetos. Conforme apresentado, estes efluentes serão direcionados para sistemas de tratamento compostos por fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro. A área em questão não conta com rede de esgotos. Assim, será condicionada a comprovação da construção da fossa séptica de acordo com a NBR 7229.

## **8.0 CONTROLE PROCESSUAL**

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.



## 9.0 CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Licença de Operação (LOC) para Salus Fundo de Investimento Imobiliário – FII, por um prazo de 06 (seis) anos, localizada no município de Araguari/MG, desde que atendidas as medidas mitigadoras de impactos ambientais descritas neste parecer e aliadas às condicionantes listadas no anexo único, ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

**Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.**

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos. **Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo da condicionante.**

<b>Data: 30/05/2012</b>		
<b>Equipe Interdisciplinar:</b>	<b>MASP</b>	<b>Assinatura</b>
Amilton Alves Filho		
Beatriz Bessa da Silva		
Kamila Borges Alves		
Ciente : José Roberto Venturi		



## ANEXO I

Processo COPAM Nº: 4747/2011/001/2012		Classe/Porte: 3/M
Empreendimento: SALUS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII		
CNPJ: 13.012.312/0001-67		
Atividade: Terminal de cargas, exceto minérios, gás natural, petróleo, produtos químicos e petroquímicos, ferrovias – Instalação de pêra ferroviária e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.		
Endereço: Prolongamento da Rua Otacílio Pinto de Oliveira nº 3005		
Localização: Setor industrial		
Município: Araguari- MG		
Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA		VALIDADE: 6 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
1	Apresentar Estudo de Análise de Risco e Programa de Gerenciamento de Risco elaborado em conformidade com o Manual de orientação para a elaboração de Estudos de Análise de Riscos da CETESB – norma P4261, acompanhado de ART do técnico responsável pela elaboração.	12 meses
2	Apresentar programa de gerenciamento dos resíduos sólidos e comprovar a destinação ambientalmente correta dos mesmos	60 dias
3	Comprovar a instalação do sistema de tratamento de efluentes sanitários, conforme NBR 7229/93 e NBR 13969.	120 dias
4	Apresentar laudo de ruídos em pontos localizados nos limites do empreendimento de acordo com a NBR 10.151/2000.	60 dias
5	Apresentar laudo de emissão de material particulado para o secador de grãos existente no empreendimento	90 dias.
6	Apresentar o registro de consumidor de lenha e produtos da flora junto ao órgão ambiental.	60 dias
7	Comprovar a instalação de um local de armazenamento de resíduos sólidos perigosos de acordo com a NBR 12.235/1982.	1 ano
8	Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM TM AP no Anexo II.	Durante a vigência da Licença

\* Contados a partir da concessão da licença.



## ANEXO II

### 1. ESGOTO SANITÁRIO

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários	DBO <sub>5,20</sub> , DQO, pH, sólidos em suspensão e sólidos sedimentáveis.	Semestral

**Relatórios:** Enviar semestralmente à SUPRAM TM AP, até o dia 20 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises além da produção industrial e o número de empregados no período.

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*

### 2. RUÍDOS

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Em pontos localizados nos limites da área do empreendimento de acordo com a NBR 10.151/2000	dB (A)	Anual

**Relatórios:** Enviar anualmente a SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente ao mês de coleta, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser conclusivo comparando-os com os parâmetros legais, conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

**Método de análise:** De acordo com as normas técnicas e lei vigentes.



### 3.0 RESÍDUOS SÓLIDOS

Enviar semestralmente a SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DISPOSIÇÃO <u>FINAL</u>			OBS.
Denominação	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão	Endereço	
(*)1– Reutilização		6 – Co-processamento							
2 – Reciclagem		7 – Aplicação no solo							
3 – Aterro sanitário		8 – Estocagem temporária (informar quantidade estocada)							
4 – Aterro industrial		9 – Outras (especificar)							
5 – Incineração									

Os resíduos devem ser destinados somente para empreendimentos ambientalmente regularizados junto à administração pública.

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico;

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento;

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### 4.0 EFLUENTE ATMOSFÉRICOS

#### FONTES FIXAS – Material particulado

Local de amostragem	Ponto de Lançamento	Parâmetro	Limites	Frequência
Secador	Chaminé	MP	150mg/ Nm <sup>3</sup>	ANUAL

**Relatórios:** Enviar anualmente a SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente ao mês de coleta, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser conclusivo comparando-os com os parâmetros legais, conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.



**Método de análise:** De acordo com as normas técnicas e lei vigentes.

**4.1** Monitorar a frota de veículos, conforme Portaria Ibama nº 85/96, que estabelece o programa interno de autofiscalização da correta manutenção de frota de veículos movidos a diesel quanto a emissão da fumaça preta na atmosfera. Prazo: anualmente.

**Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo da condicionante.**